VINDO A SUSTENTAR QUE SEQUER FOI NOTIFICADA PARA COMPARECER A EVENTUAL PERÍCIA MÉDICA. SENTENÇA QUE JULGOU EXTINTO O FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, COM FULCRO COM FULCRO NO ART. 267, INC. V, DO CPC/73 (ATUAL ART. 485, INC. V DO CPC/15), POR ENTENDER QUE A QUESTÃO DISCUTIDA NESTES AUTOS ESTÁ ACOBERTADA PELO MANTO DA COISA JULGADA MATERIAL, TENDO CONDENADO A AUTORA A PAGAR MULTA EQUIVALENTE A 1% SOBRE O VALOR DA CAUSA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. ÉGIDE DO CPC/73. APELAÇÃO INTERPOSTA PELA PARTE AUTORA PRETENDENDO A REFORMA DA SENTENÇA PARA QUE SEJA AFASTADA A EXISTÊNCIA DE COISA JULGADA, AO ARGUMENTO DE QUE A SITUAÇÃO OCORRIDA NA CITADA DATA SE TRATA DE FATO NOVO, DEVENDO A PARTE RÉ SER CONDENADA AO PAGAMENTO DE VERBA COMPENSATÓRIA POR DANOS MORAIS. COISA JULGADA QUE SE AFASTA. NOVO FATO LESIVO APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO. CAUSA DE PEDIR DISTINTA. TODAVIA, A PARTE AUTORA NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR SUAS ALEGAÇÕES. INCIDÊNCIA DO VERBETE SUMULAR Nº 330 DESTA E. CORTE. AUTORA QUE NÃO COMPROVOU OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEU DIREITO, NÃO TENDO JUNTADO PROVAS QUE COMPROVEM O EVENTO NARRADO, LIMITANDO-SE A JUNTAR DECLARAÇÕES MÉDICAS, BEM COMO DECISÕES DE OUTRO PROCESSO, SENDO CERTO QUE PODERIA TER JUNTADO, POR EXEMPLO, O HISTÓRICO DO CARTÃO RIOCARD PARA COMPROVAR QUE ESTE SE ENCONTRAVA CANCELADO NA DATA DE 19/08/2014, BEM COMO TER SOLICITADO A GRAVAÇÃO DO ÔNIBUS, ALÉM DISSO, PODERIA TER APRESENTADO PROVA TESTEMUNHAL. ADEMAIS, A AUTORA ALEGOU QUE O ÔNIBUS ESTAVA CHEIO E QUE DIVERSAS PESSOAS PRESENCIARAM A SITUAÇÃO, MAS NÃO APRESENTOU SEQUER UMA TESTEMUNHA, NÃO TENDO COMPROVADO AINDA QUE RENOVOU SEU CARTÃO RIOCARD EM 17/12/2013, E QUE NESTA OCASIÃO TERIA SIDO FEITO SOMENTE A SOLICITAÇÃO DE UMA FOTO 3X4 SEM MENCIONAREM A NECESSIDADE DE PERÍCIA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RELAÇÃO DE CONSUMO ENTRE AS PARTES QUE NÃO DISPENSA O CONSUMIDOR DE FAZER PROVA MÍNIMA DO DIREITO POR ELE ALEGADO. INOBSERVÂNCIA DO ART. 373, I, NCP (ANTIGO ART. 333, I, DO CPC DE 1973), ENTRETANTO, MERECE SER AFASTADA A CONDENÇÃO DA AUTORA AO PAGAMENTO DA MULTA PELA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, UMA VEZ QUE AO CONTRÁRIO DO QUE ENTENDEU O JUÍZO A QUO NÃO HÁ QUE SE FALAR EM COISA JULGADA, NÃO TENDO A AUTORA DISTRIBUÍDO NOVA AÇÃO PARA RECLAMAR POR DANO MORAL JÁ INDENIZADO, PORQUANTO, NA PRESENTE DEMANDA ESTÁ SE JULGANDO FATO NOVO. RECURSO DA AUTORA A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

066. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0069017-31.2017.8.19.0000 Assunto: Constituição de Renda / Espécies de Contratos / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 15 VARA CÍVEL Ação: 0118397-20.2017.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00675825 - AGTE: MARJORIE LOCAÇÃO DE BENS LTDA AGTE: MARIA MAGDALENA POUBEL FERNANDES AGTE: CARLA MENDONÇA DE MELLO ADVOGADO: CARMEN MARIA ROCA OAB/RJ-153528 ADVOGADO: DR(a). CLEBER DOS SANTOS TEIXEIRA OAB/SP-162144 AGDO: BANCO DO BRASIL ADVOGADO: RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB/RJ-144852 **Relator: DES. LUIZ ROBERTO AYOUB** Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS AJUIZADA EM FACE DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM DECORRÊNCIA DE DIVERSOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO. DISCUSSÃO JUDICIAL ACERCA DAS ALUDIDAS COBRANÇAS. NEGATIVAÇÃO JUNTO AOS CADASTROS RESTRITIVOS QUE SE MOSTRA INDEVIDA, PORQUANTO EFETIVADA NO CURSO DE AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. DECISÃO QUE INDEFERE O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA PARA CANCELAMENTO DAS ANOTAÇÕES JUNTO AOS CADASTROS RESTRITIVOS, SOB O ARGUMENTO DE QUE OS MESMOS NÃO RESTARAM COMPROVADOS. DECISÃO QUE MERECE REFORMA. COMPROVAÇÃO, NOS AUTOS PRINCIPAIS, ACERCA DA NEGATIVAÇÃO DO NOME DAS AUTORAS JUNTO AO SERASA. DECISÃO QUE ORA SE REFORMA A FIM DE SE DETERMINAR A EXCLUSÃO DO NOME DAS AUTORAS DOS CADASTROS RESTRITIVOS ATÉ ULTERIOR DECISÃO NOS AUTOS DA AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. INEXISTÊNCIA DE IRREVERSIBILIDADE DA DECISÃO, UMA VEZ QUE, SE AO FINAL DA DEMANDA, RESTAR COMPROVADA A LEGALIDADE DAS COBRANÇAS, AS MESMAS PODERÃO SER EFETUADAS PELA VIA PRÓPRIA. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

067. APELAÇÃO 0037261-76.2014.8.19.0204 Assunto: Indenização por Dano Material / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: BANGU REGIONAL 3 VARA CÍVEL Ação: 0037261-76.2014.8.19.0204 Protocolo: 3204/2017.00706620 - APELANTE: ROSANGELA SERAFIM MARIANO ADVOGADO: CARLA CRISTINE RAIMUNDO DA ROSA OAB/RJ-182556 APELADO: BANCO ITAUCARD S A ADVOGADO: JOÃO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB/RJ-062192 APELADO: ITAUBANK SA **Relator: DES. LUIZ ROBERTO AYOUB** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL COM PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DA QUANTIA PAGA. ARRENDAMENTO MERCANTIL. TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DO BEM QUE NÃO SE OPEROU. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELO DA AUTORA, ALEGANDO QUE O CRV NÃO FOI ENTREGUE PELA REVENDEDORA, BEM COMO A EXISTÊNCIA DE GRAVAMES SOBRE O BEM. AUTORA QUE, APESAR DE COMPROVAR A QUITAÇÃO DO BEM EM 2011, SOMENTE PROCUROU A LOJA EM 2013 PARA OBTER O CRV, OCASIÃO EM QUE CONSTATOU QUE ELA TINHA ENCERRADO SUA ATIVIDADE. REVENDEDORA QUE NÃO FAZ PARTE DO POLO PASSIVO DA DEMANDA. AUSÊNCIA DE FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PARTE DO AGENTE FINANCEIRO. TEORIA DA CAUSALIDADE ADEQUADA. SENTENÇA QUE SE MANTÉM. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIO PARA 12%, COM FULCRO NO ART. 85, §11º DO CPC. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

068. APELAÇÃO 0052453-55.2010.8.19.0021 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outras / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: DUQUE DE CAXIAS 3 VARA CÍVEL Ação: 0052453-55.2010.8.19.0021 Protocolo: 3204/2017.00680645 - APELANTE: COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS CEDAE ADVOGADO: JAYME SOARES DA ROCHA FILHO OAB/RJ-081852 APELANTE: SEBASTIANA LAURA DA SILVA (APELAÇÃO ADESIVA) ADVOGADO: CARLOS ALBERTO DE PAULA E SILVA OAB/RJ-159101 APELADO: OS MESMOS **Relator: DES. NILZA BITAR** Ementa: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. RELAÇÃO DE CONSUMO. OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COBRANÇA DE TARIFAS DIFERENTES DO CONSUMO REAL. COBRANÇA INDEVIDA. OBRIGAÇÃO DE REFATURAR AS CONTAS E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. MANUTENÇÃO DO JULGADO. Não conhecimento do recurso adesivo. Ausência de pagamento de custas. Sentença que condenou a concessionária na obrigação de refaturar as contas de consumo de água da parte autora relativa à matrícula nº 1467575-5, no período de julho de 2009 até a data da presente sentença, utilizando-se como base a média de consumo apurada nos seis meses anteriores ao período impugnado, sem incidência de juros e multa. Concessionária que alega licitude e regularidade nas cobranças e medições. Laudo pericial que atesta que a consumidora foi inserida em parâmetro diverso do que prevê a lei. Roubo de hidrômetro por duas vezes. Perícia feita sem a instalação de hidrômetro. Apelante que não se desincumbiu de seu ônus probatório, conforme preceitua o art. 373, II, do CPC. Normalmente, não há aplicação de danos morais quando a hipótese é, tão somente, de refaturamento. Ausência de corte ou negativação. Dano moral da sentença fundamentado no tempo despendido. Fundamentação mais adequada, ao caso, para a manutenção do dano moral, em razão de aplicação de valor diferenciado àquele em que a situação do imóvel realmente se encontra. A empresa ré (CEDAE) alterou o consumo mínimo de 01 domicílio para 02 domicílios, referente a